

**MUNICÍPIO DE NOVA FRIBURGO**

Prefeitura Municipal de Nova Friburgo

Nova Friburgo - RJ

Processo Nº:	26381 / 23
Rubrica	6
Fis.	2

Relatório de Histórico de Andamento de Atividades**PROTOCOLO**

Identificador: e982ea09-64be-4cd9-b8f8-f10b7212de70

Protocolo: Processo Requerimento Nº 026381/2023

Data: 02/10/2023 14:36:00

Origem: 3CORP TECHNOLOGY INFRAESTRUTURA DE TELECOM LTDA

*** contatos indisponíveis ***

Contato: 3CORP TECHNOLOGY INFRAESTRUTURA DE TELECOM LTDA

*** contatos indisponíveis ***

Protocolador: MATEUS DE CASTRO

Assunto: RECURSO - ANÁLISE DE PROCESSOS

Detalhamento: RECURSO

HISTÓRICO DAS ATIVIDADES

por ordem das atividades mais recentes

[versão completa](#)

Nº	Origem	Destino	Movimentação	Situação
1	Prefeitura Municipal de Nova Friburgo MATEUS DE CASTRO 02/10/2023 14:36:13	APOIO A COMISSAO DE PREGAO	Segue protocolo para as devidas providências.	Enviada

Pregão/Concorrência Eletrônica

Visualização de Recursos, Contrarrazões e Decisões

RECURSO :

AO EXCELENTÍSSIMO SENHOR PREGOIEIRO DA PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE NOVA FRIBURGO – SR. LEONARDO GABRIG PEIXOTO.

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 099/2023

Objeto: Contratação de empresa especializada na prestação de serviços de telefonia fixa, comutada, serviço 0800, comunicação em nuvem, com ramais físicos, virtuais (softph) comunicação unificada (UC), call center, sistema de URA para autoatendimento integrado com plataforma de whatsapp multi-atendente e API de integração com o banco de dados, sistema de torpedo de voz em massa, Serviço Telefônico Fixo Comutado (STFC) com ligações ilimitadas nas modalidades local e longa distância nacional, para terminais fixos e móveis, e sobrevivência.

Assunto: Recurso contra a decisão que declarou vencedora do certame a empresa ERICTEL ASSESSORIA DE TELECOMUNICAÇÕES LTDA.

A 3CORP TECHNOLOGY INFRAESTRUTURA DE TELECOM LTDA., inscrita sob o CNPJ nº 04.238.297/0004-21, por intermédio de seu representante legal infra-assinado, localizada na SCN (Asa Norte, Brasília Shopping and Towers, Salas 811/813, Brasília/DF – CEP: 70715-900, doravante designada "3CORP", com fulcro na Lei Federal nº 10.520/2002, Decreto Municipal nº 10.024/2019, e subsidiariamente Lei Federal nº 8.666/1993, vem tempestivamente e respeitosamente INTERPOR RECURSO CONTRA A DECISÃO QUE SAGROU VENCEDORA ASSESSORIA DE TELECOMUNICAÇÕES LTDA., inscrita no CNPJ sob o nº 32.182.735/0001-70, no âmbito do presente processo licitatório, com vistas a garantir a integridade dos princípios públicos (art. 37, CF/88) e a preservação do interesse público, pelas razões que passa a aduzir:

1) DA TEMPESTIVIDADE

O presente recurso administrativo é tempestivo, uma vez que a Recorrente manifestou seu interesse em recorrer dentro do prazo previsto informado pelo Sr. Pregoeiro, ou seja, no dia 2 (dois) dias úteis, e considerando que, a contagem se inicia no primeiro dia útil subsequente e o prazo do recurso é de 3 (três) dias úteis, sendo que não iniciam e nem terminam em dia não há apresentação do recurso se encerra no dia 27/09/2023 (quarta-feira). Portanto, verifica-se que o recurso é tempestivo, conforme previsto no subitem 19.2 do Edital.

2) DOS FATOS

A Recorrente participou da licitação, Pregão Eletrônico nº 99/2023, modo de disputa aberto e fechado, com valor estimado de R\$ 1.463.880,00 (um milhão quatrocentos e sessenta e três oitenta reais), visando a contratação de empresa especializada na prestação de serviços de telefonia fixa, comutada, serviço 0800, comunicação em nuvem, com ramais físicos, virtuais (softph) comunicação unificada (UC), call center, sistema de URA para autoatendimento integrado com plataforma de whatsapp multi-atendente e API de integração com o banco de dados, sistema de torpedo de voz em massa, Serviço Telefônico Fixo Comutado (STFC) com ligações ilimitadas nas modalidades local e longa distância nacional, para terminais fixos e móveis, e sobrevivência.

Após regular certame licitatório, a empresa GIGALINK DE NOVA FRIBURGO SOLUÇÕES EM REDE MULTIMÍDIA LTDA., restou classificada em 1º lugar, com o menor lance de R\$ 888.99 (oitenta e oito mil e novecentos e noventa e seis reais), porém após a análise da documentação de habilitação pela área técnica concluiu que os equipamentos ofertados não atende descritivo do Edital, portanto desclassificada.

Seguindo o rito, o Sr. Pregoeiro convocou a próxima colocada, ora Recorrente 3CORP, com o menor lance de R\$ 1.056.000,01 (um milhão e cinquenta e seis mil reais e um centavo), prerrogativa legal, foi requerida diligência com relação ao sistema de gestão, chamadas de áudio e vídeo.

A diligência ocorreu no dia 24/08/2023 às 14h na sede da Prefeitura de Nova Friburgo, porém quando da retomada da sessão eletrônica, foi noticiada a desclassificação da Recorrente 3CORP.

Assim, a próxima colocada, ora Recorrida ERICTEL foi convocada, negociou o valor em R\$ 1.149.960,00 (um milhão cento e quarenta e nove mil e novecentos e sessenta reais), sendo apresentação das funcionalidades dos itens ofertados no dia 15/09/2023 às 10h.

Ocorre que após a demonstração das funcionalidades e reabertura da sessão, o Sr. pregoeiro declarou que a empresa Recorrida ERICTEL atende as exigências do Edital, portanto declarou vencedor do certame, o que já era esperado, conforme se verá a seguir.

Em que pese toda a deferência a que faz jus o ilustre Pregoeiro e sua equipe técnica, a decisão que desclassificou e posteriormente declarou vencedora a Recorrida ERICTEL, merece ser anulada pelos motivos que passamos a expor.

3) DA VIOLAÇÃO AOS PRINCÍPIOS DA LICITAÇÃO E DO VÍCIO INSANÁVEL

O Edital já em seu caput, estabeleceu as regras aplicáveis ao Pregão Eletrônico nº 31/2023, quais sejam, Lei Federal nº 10.520/2002, Decreto Federal nº 7.892/2013, Decreto Federal nº 8.666/1993.

Consoante o disposto no artigo 2º do Decreto Federal nº 10.024/2019:

"Art. 2º O pregão, na forma eletrônica, é condicionado aos princípios da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da eficiência, da probidade, do desenvolvimento sustentável, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo, da razoabilidade, da competitividade, da proporcionalidade e aos que lhes são correlatos

Analisando de forma pormenorizada e imparcial, se observará que as exigências técnicas descritas no Edital e Termo de Referência, estão baseadas em apenas um único fabricante, limitando a concorrência e incorrendo na simulação de disputa, afrontando assim entendimentos pacíficos no âmbito dos Tribunais de Contas.

Conforme será visto a seguir, a disputa estava direcionada, a Recorrida ERICTEL era a única que se sagraria vencedora deste certame, pois apenas uma marca no mercado atual atende as exigências técnicas descritas no Termo de Referência, o que indubitavelmente viola os principais princípios da licitação.

Apenas a título de exemplo, algumas exigências com nítido caráter de direcionamento:

3.1 - ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA:

"Item - 5.10.38 - Sala de reunião virtual pessoal para até 1000 participantes internos e externos. Todos os participantes devem ter os recursos de áudio conferência, vídeo conferência e chat de desktop e chat"

"Item - 5.10.52 - Deverá possuir colaboração com legendas em tempo real"

"Item - 5.10.54 - Deverá possuir colaboração com transcrições automáticas"

"Item - 5.10.55 - Deverá possuir colaboração com tradução em tempo real no mínimo com 100 idiomas diferentes"

"Item - 5.10.56 - Deverá possuir envio de mensagem e compartilhamento de arquivos ilimitados"

As exigências descritas acima caracterizam vícios e direcionamentos ao fabricante CISCO, visto que somado ao fato da exigência de que todos os componentes do projeto (com exceção do mesmo fabricante da solução de telefonia).

3.2 - Exigência de único fabricante:

"5.3.26 A plataforma deve possuir um Session Border Controller, para acesso seguro de Telefones SIP, Softphones SIP pela Internet, com as seguintes características:

5.3.27 Deverá ser instalado juntamente com a solução em nuvem, com as mesmas características de hospedagem.

5.3.28 Não é obrigatório que seja do mesmo fabricante da Plataforma de Voz SIP centralizada, desde que resguardada inteira interoperabilidade e compatibilidade com o restante da solução aqui descritas"

"5.8 LICENÇAS DE RAMAL TIPO I - Deverá suportar todas as facilidades descritas abaixo: 5.8.1 Ser do mesmo fabricante da solução de comunicação ofertada;"

"5.9 LICENÇAS DE RAMAL TIPO II - Deverá suportar todas as facilidades descritas abaixo: 5.9.1 Ser do mesmo fabricante da solução de comunicação ofertada;"

"5.10 LICENÇAS DE RAMAL TIPO III - Deverá suportar todas as facilidades descritas abaixo: 5.10.1 Ser do mesmo fabricante da solução de comunicação ofertada;"

"5.16 SBC - SESSION BORDER CONTROLLER:

5.16.2 Não é obrigatório que seja do mesmo fabricante da Plataforma de Voz SIP centralizada, desde que resguardada inteira interoperabilidade e compatibilidade com o restante da solução aqui descritas;"

"5.18 GATEWAY TDM/SIP

5.18.1 Deverão ser do mesmo fabricante da solução de PABX em nuvem"

"5.20 GATEWAY TDM/SIP COM 1 E 1 (USO INTERNO DA SEDE) 5.20.1 Deverão ser do mesmo fabricante da solução de PABX em nuvem"

"5.21 GATEWAY TDM/SIP FXO (USO INTERNO PARA AS DEMAIS LOCALIDADES) 5.21.1 Deverão ser do mesmo fabricante da solução de PABX em nuvem;"

"5.22 GATEWAY TDM/SIP FXS (USO INTERNO PARA AS DEMAIS LOCALIDADES) 5.22.1 Deverão ser do mesmo fabricante da solução de PABX em nuvem;"

"5.23 APARELHOS TELEFÔNICOS IP TIPO I - Os aparelhos telefônicos devem ser homologados pela ANATEL e possuir as seguintes características mínimas:

5.23.1 Deverão ser do mesmo fabricante da solução de PABX em nuvem;"

"5.24 HEADSET USB - Tipo I

5.24.1 Deverão ser do mesmo fabricante da solução de PABX em nuvem;"

"5.25 HEADSET BLUETOOTH – Tipo II 5.25.1 Deverão ser do mesmo fabricante da solução de PABX em nuvem"

Como podemos notar, reforçamos a solicitação sobre a exigência de que os itens sejam do mesmo fabricante da solução de PABX Nuvem, exceto o SBC.

Novamente tais exigências caracterizam vícios no edital de convocação, restringindo injustificadamente o caráter competitivo do certame, irregularidades patentes, entre outros.

Além de todos os itens já demonstrados sobre o direcionamento técnico do edital, os quais ocasionaram vícios, ainda pontuamos:

3.3 – Revendedor oficial do fabricante CISCO

O edital exige:

"18.4 Para fins de qualificação complementar a proposta, a licitante deverá apresentar juntamente com a proposta de preço readequada após encerramento da fase de lances, declaração parceira da solução e que está apta e autorizada a comercializar os produtos ofertados, bem como a realizar os serviços descritos no presente edital."

Como já demonstrado, a empresa declarada vencedora, ofertou soluções do fabricante CISCO, porém o que nos chama atenção é que apesar de ter apresentado um documento informando da fabricante, atualmente ela não consta no site oficial da mesma, ou seja, poderá acarretar mais riscos contratuais para a Administração:

*Figura 1

Esta informação poderá ser obtida através do site oficial da CISCO: <https://locatr.cloudapps.cisco.com/WWChannels/LOCATR/openBasicSearch.do>

A ERICTEL apresentou uma comprovação de parceria válida até 13/09/2023. Assim, como não consta mais no site oficial da fabricante CISCO, atualmente pode não fazer mais parte dessa

*Figura 2

Dessa forma, os riscos de contratação de uma empresa que não é oficialmente revendedora de um fabricante, é incalculável e deve ser revisto pela Administração, visto que o objeto a si extrema importância para a comunicação da Prefeitura e os municípios.

3.4 – Proposta e documentação técnica e jurídica inacessível.

Ao tentar acessar a documentação da empresa declarada vencedora, ERICTEL, nos deparamos que o mesmo fez a inserção no sistema de forma errônea. Conforme imagens abaixo é possível não foram anexados os documentos solicitados.

*Figura 3

Como podemos notar, não existem documentos e propostas anexas, e sim, um link o qual não é possível acessar: <http://comprasnet.gov.br/livre/Pregao/downloadApaCod=18026075&prgCod=1136917>

O edital é claro, e informa que os documentos de habilitação e proposta devem ser inseridos antes da abertura do certame, dessa forma, o Sr. Pregoeiro e a Douta Comissão deveriam imediatamente, conforme item 10.2.

"8.1 As licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico Comprasnet-SIASG, suas respectivas propostas com a descrição do objeto e os preços ofertados, concomitantemente com a documentação exigida no edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública, quando, então, encerrar-se-á automaticamente a etapa de envio dessa documentação."

"10.2 O pregoeiro verificará as propostas apresentadas e desclassificará, motivadamente, aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos neste edital"

Através do link de acesso a ata do processo, é possível confirmar as informações explicitadas. http://comprasnet.gov.br/livre/convocacao_uasg=985867&numprp=992023&codigoModalidade=5&Seq=1&f_lstSrp=&f_Uf=&f_numPrp=992023&f_codUasg=985867&f_codMod=5&f_tpPregao=E&f_dtAberturaIni=f

Entretanto, a D. Comissão, decidiu por dar a chance a ERICTEL de reenvio dos documentos após a convocação, ou seja, ferindo gravemente os princípios basilares da licitação.

*Figura 4

Ora Sr. Pregoeiro e equipe de apoio, a abertura e fase de lances aconteceu em 03/07/2023 às 10h, e somente após dois meses, a ERICTEL foi convocada para apresentar sua proposta após a abertura do certame, ela poderia não possuir alguma documentação e uso do artifício de supostamente não enviar a sua documentação de forma correta, assim, em caso oportuno este que aconteceu, apresentaria sua documentação de forma corrigida.

Assim, ao que pese, o procedimento deve ser revisto com base nos princípios basilares da Lei de Licitações, em especial a impessoalidade e igualdade. Dessa forma, não prejudicando em nada a forma correta.

Note-se que os pontos acima demonstram cabalmente a restrição e o direcionamento, o que é vedado uma vez que desprovidos de isonomia.

3.5 – Da Impugnação e apontamentos com antecedências de vícios editalícios e recusa técnica das propostas

Para corroborar, a empresa GIGALINK DE NOVA FRIBURGO SOLUÇÕES EM REDE MULTIMÍDIA LTDA., que também restou desclassificada, dentro do prazo legal impugnou o Edital, alegando vícios do ato convocatório, tendo em vista que foram exigidas especificações de produto baseado em apenas um único fabricante, e consequentemente limitando a concorrência.

Ocorre que, a impugnação da empresa GIGALINK DE NOVA FRIBURGO SOLUÇÕES EM REDE MULTIMÍDIA LTDA., foi não surtiu o efeito esperado, já que o processo seguiu, mesmo nitidamente indicavam o direcionamento, o que não se pode coadunar.

Note-se que, no bojo da resposta da impugnação da empresa Gigalink de Nova Friburgo Soluções em Rede Multimídia Ltda., apenas para o fim de esquivar das alegações trazidas, foi dada com a pesquisa e o posicionamento do setor técnico dessa Subsecretaria de TI, tem-se que CISCO, MITEL, ALCATEL, INTELBRAS e AVAYA possuem soluções de PABX, gateways, terminais podendo ser utilizadas para prover serviços de PABX em nuvem. Vejamos:"

*Figura 5

Porém, para a surpresa da Recorrente 3CORP, quando os equipamentos da marca ALCATEL, ofertados foram testados, especialmente solução Rainbow, a mesma não passou na prova divergindo da manifestação da Prefeitura de Nova Friburgo a resposta à impugnação do Edital pela empresa Gigalink.

Ora, tal divergência só confirma que houve desde o início a intenção de direcionar o certame para a marca específica CISCO.

Ademais, o mercado da solução em questão, não é tão limitado assim, existe um número significativo de fabricantes e representantes que atuam neste setor, logo a ampla presença evidencia a possibilidade de se garantir a competitividade saudável e robusta, entretanto, não foi o que ocorreu no caso em concreto.

A concorrência além de estimular a busca por preços mais competitivos, melhores condições contratuais, também proporcionaria inovações tecnológicas, o que foi cerceado pela redação da Referência.

A reatividade à competitividade e direcionamento da licitação, são temas já pacificados no Tribunal de Contas da União, cuja medida a ser adotada é a anulação do processo, vejamos:

"REPRESENTAÇÃO. IRREGULARIDADES EM CONCORRÊNCIA PÚBLICA PARA CONSTRUÇÃO DE UNIDADE DE PRONTO ATENDIMENTO - UPA. INDÍCIOS DE DIRECIONAMENTO DA LICITAÇÃO RESTRITIVAS À COMPETITIVIDADE. PROJETO BÁSICO DEFICIENTE. ACÚMULO INDEVIDO DE FUNÇÕES. CONHECIMENTO. PROCEDÊNCIA. MULTAS. PEDIDO DE REEXAME. ARGUMENTO PARA REFORMA DO JULGADO. CONHECIMENTO E NEGATIVA DE PROVIMENTO." (TCU - RP: 91622022, Relator: BRUNO DANTAS, Data de Julgamento: 29/11/2022) Destaques nossos

"REPRESENTAÇÃO. LICITAÇÃO PARA A IMPLANTAÇÃO DE SISTEMA DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA NO MUNICÍPIO DE BOA HORA/PI. ANULAÇÃO DA CONCORRÊNCIA 002/2015. REA PRESENCIAL 1/2015 COM O MESMO OBJETO. OFENSA AO PRINCÍPIO DA PUBLICIDADE. RESTRIÇÃO AO CARÁTER COMPETITIVO DO CERTAME. CONTRATAÇÃO POR PREÇOS CO ELEVADOS. CONCESSÃO DE MEDIDA CAUTELAR POR MEIO DO ACÓRDÃO 1.482/2016 - PLENÁRIO. OITIVA DO MUNICÍPIO E DA EMPRESA CONTRATADA. NÃO ACOILHIMENTO DAS REPRESENTAÇÕES. ESTIPULAÇÃO DE PRAZO PARA ANULAÇÃO DO CERTAME, BEM COMO DO CONTRATO DELE DECORRENTE. DETERMINAÇÕES. AUDIÊNCIAS DOS RESPONSÁVEIS REPRESENTANTES, AO MUNICÍPIO E À FUNDAÇÃO NACIONAL DE SAÚDE. 1. A desclassificação de proposta por inexecução deve ser objetivamente demonstrada, a partir de critérios publicados e deve ser franqueada a oportunidade de cada licitante defender a respectiva proposta e demonstrar a sua capacidade de bem executar os serviços, nos termos e condições do instrumento convocatório, antes que ele tenha a sua proposta desclassificada. 2. Constatadas ilegalidades no procedimento licitatório que possam ter contribuído para a restrição do caráter certame, determina-se à entidade promotora que adote as providências visando à anulação da licitação, bem como do contrato dela decorrente." (TCU - RP: 00604620169, Relator: MARCELO EMBREB, Data de Julgamento: 24/05/2017, Plenário)

"REPRESENTAÇÃO. RESTRIÇÃO À COMPETITIVIDADE. CLÁUSULAS EXCESSIVAS PARA AFERIÇÃO DE CAPACIDADE TÉCNICO-OPERACIONAL. MEDIDA CAUTELAR CONCEDIDA. ANULAÇÃO DO LICITATÓRIO. MONITORAMENTO." (TCU 02992020140, Relator: Bruno Dantas, Data de Julgamento: 11/02/2015) Destaques nossos

"REPRESENTAÇÃO COM FULCRO NO § 1º DO ART. 113 DA LEI 8.666/93, ACERCA DE POSSÍVEIS IRREGULARIDADES EM PROCEDIMENTO LICITATÓRIO. PROCEDÊNCIA. DETERMINAÇÃO PARA PROVIDENCIAR-SE A ANULAÇÃO DO CERTAME, CUIDANDO-SE, NO NOVO INSTRUMENTO CONVOCATÓRIO, DE CORRIGIR AS IRREGULARIDADES IDENTIFICADAS NO INST. ARQUIVAMENTO" (TCU 01704320097, Relator: AUGUSTO SHERMAN, Data de Julgamento: 02/12/2009) Destaques nossos

Ainda que haja ações visando coibir tais práticas restritivas, infelizmente ainda nos deparamos com projetos que de forma deliberada, modificam requisitos, afetando diretamente a isonomia da disputa, prejudicando a Administração Pública e as empresas licitantes.

4) DAS CONSIDERAÇÕES FINAIS

O procedimento licitatório tem como característica principal, a escolha de empresa para executar um contrato pretendido pela Administração. A escolha deve ser feita dentro de parâmetros definidos no Edital, e ainda, na legislação vigente, os quais são imutáveis depois de apresentadas as propostas.

Indiscutivelmente, houve um vício no Edital e no Termo de Referência, pois constam exigências que no cenário atual apenas uma marca pode atender, logo diante das irregularidades no processo e a medida é a determinação da anulação do certame, com novo instrumento convocatório devidamente corrigido.

5) DO PEDIDO

Em face dos argumentos expostos, requer a 3CORP, ora Recorrente, que este Pregoeiro, receba o presente recurso e seja o mesmo provido para o fim de reformar a decisão que sagrou vencedora a empresa ERICTEL, pelos motivos acima mencionados, e ato contínuo seja declarado o processo fracassado e republicado com as devidas correções.

Por fim, requer-se, ainda, que o presente recurso seja encaminhado à autoridade superior para a sua devida análise.

Para que seja possível analisar o recurso de forma completa, visualizando as imagens, disponibilizamos em "pdf" através do link: my.sharepoint.com/:f:/g/personal/layane_basse_3corp_com_br/Elr2AtA0chZJubF83H05IFkBkn6s91L628PwizMVhoTO7w?e=ubMoT7

Brasília, 27 de setembro de 2023.

3CORP TECHNOLOGY INFRAESTRUTURA DE TELECOM LTDA.
GILBERTO ZÁCARO JUNIOR
DIRETOR
RG 13.189.904 SSP/SP
CPF 043.669.268-65

Fechar

• Visualização de Recursos, Contrarrazões e Decisões

CONTRARRAZÃO :

ILUSTRÍSSIMO SENHOR PREGOEIRO DA COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES DO MUNICÍPIO DE NOVA FRIBURGO/RJ

REF.: PREGÃO ELETRÔNICO Nº 099/2023

ERICTEL ASSESSORIA DE TELECOMUNICAÇÕES LTDA ME, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ nº. 32.182.735/0001-70, estabelecida na Rua Hermogênio Silva, nº. 196, R dos Santos, brasileiro, solteiro, comerciante, portador da CI nº. 11266275-4/Detran e CPF nº. 080.061.447-02, vem, tempestivamente, conforme permitido pela Lei nº 8666/93, perante V

CONTRARRAZÕES AO RECURSO ADMINISTRATIVO

Interposto pela empresa Licitante 3CORP TECHNOLOGY INFRAESTRUTURA DE TELECOM LTDA, pelas razões de fato e de direito que passa a expor.

I – DOS FATOS

Em apertada síntese, trata-se de lide administrativa referente ao processo licitatório, na modalidade pregão eletrônico, realizado no município de Nova Friburgo, que tem como objeto comunicação em nuvem, com ramais físicos, virtuais (softphones), serviço de comunicação unificada (UC), call center, sistema de URA para autoatendimento integrado com plataforma de massa, Serviço Telefônico Fixo Comutado (STFC) com ligações ilimitadas nas modalidades local e longa distância nacional, para terminais fixos e móveis, equipamentos com sobrevivência FRIBURGO e as unidades externas da Prefeitura Municipal”.

Após a regular tramitação do certame, sobreveio o resultado, onde a empresa, ora contrarrazante foi declarada como VENCEDORA por apresentar melhor proposta e cumprir todas as exigências administrativas fazendo apontamentos INFUNDADOS e INOPORTUNOS para tentar demonstrar que teria havido direcionamento no processo licitatório e, que isso, teria beneficiado a Recorrida. Entretanto, conforme será demonstrado, o recurso administrativo não merece provimento em nenhum aspecto, justamente por trazer motivações protelatórias e desarrazoadas.

II. DO MÉRITO. DAS TESES ALEGADAS.

De início, é mister apontar que a respeitável Comissão decidiu sabiamente quando declarou como vencedora do certame a empresa Recorrida, por entender que esta atendeu integralmente a todos os requisitos exigidos no Edital. Não se pode negar que a empresa recorrente possui o direito de interpor impugnações e recursos, sendo um exercício do direito de ampla defesa e contraditório, ao qual utiliza-se da garantia constitucional. A problemática reside quando a empresa Recorrente possui interesse em frustrar o bom trâmite do procedimento licitatório, trazendo um recurso administrativo que nada mais são das alegações. Ou seja, o recurso interposto, se apresenta como apenas e tão somente um inconformismo da empresa recorrente, evidenciando o claro intuito de tentar justificar a sua incapacidade por inobservância das teses da Recorrente se resumem a mencionar que:

- a) “Analisando de forma pormenorizada e imparcial, se observar que as exigências técnicas descritas no Edital e Termo de Referência, estão baseadas em apenas um único fabricante entendimentos pacíficos no âmbito dos Tribunais de Contas”.
- b) “a vencedora, ofertou soluções do fabricante CISCO, porém apesar de ter apresentado um documento informando que é parceira da fabricante, atualmente ela não consta no site oficial”
- c) “a proposta e a documentação técnica da recorrida estaria inacessível”

III – DAS CONTRARRAZÕES. DO DESCABIMENTO DO RECURSO.

III.1 – DO SUPOSTO DIRECIONAMENTO DO EDITAL

De acordo com a primeira tese recursal, o Edital estaria sendo direcionando em razão de, supostamente, apenas uma empresa fabricar Gateway TDM/SIP, Gateway TDM/SIP com 1 E HEADSET BLUETOOTH TIPO II e que também possuem a solução de PABX em Nuvem possibilitando ter todos os componentes da mesma marca.

Antes de tudo, importante frisar que, em que pese a Recorrente 3CORP se valer da tese de que teria ocorrido um suposto direcionamento do Edital, em momento algum a Recorrente conhecedora dos termos do Edital.

Ou seja, antes de ser desclassificada não alegou nenhuma irregularidade do Edital e percorreu normalmente as fases do certame, sendo que, somente após ter sido desclassificada por desconhecimento do edital.

Ocorre que, ao contrário da falida tese recursal, a administração pública durante a pesquisa de mercado, bem como quando da análise à impugnação apresentada pela licitante GIGALIN ALCATEL e MITEL possuem solução de PABX em Nuvem e fabricam Gateway TDM/SIP, Gateway TDM/SIP com 1 E1, Gateway TDM/SIP FXO, Gateway TDM/SIP FXS, APARELHOS TELEFÔNICOS marca.

Portanto, conforme demonstrado, existem produtos ofertados por outras empresas, além da Cisco, que atenderiam o Edital.

Não bastasse isso, também não merece prosperar a tese de que a empresa Recorrida teria sido beneficiada por ser parceira da Cisco, haja vista que quando realizada uma pesquisa junto a https://drive.google.com/file/d/16Xd3h1Fr-CrevnfQntMSD_QoBT-6GZw/view

A informação acima, deixa muito claro que, considerando um total de 674 (seiscentos e setenta e quatro) parceiros no Brasil, fica evidente que não há qualquer tipo de exclusividade de mercado para a Recorrente de que teria havido direcionamento para uma empresa.

Sobre o tema, há inúmeros precedentes Jurisprudenciais, inclusive do TCU, que garantem a lisura do certame, a saber: REPRESENTAÇÃO. PREGÃO PARA REGISTRO DE PREÇOS. EQUIPAMENTOS DE REDES. SUPPOSTO DIRECIONAMENTO DA LICITAÇÃO. AUDIÊNCIA DOS GESTORES. CONSIDERAÇÕES ACERCA MARCAS E MODELOS QUE PODERIAM ATENDER AO OBJETO. NÃO COMPROVAÇÃO DE DIRECIONAMENTO. OUTRAS FALHAS QUE DEVEM SER PREVENIDAS. CIÊNCIA AO ÓRGÃO. PROCEDER À ANÁLISE DO OBJETO DE FORMA A ATENDER ÀS NECESSIDADES ESPECÍFICAS DA ENTIDADE PROMOTORA DO CERTAME NÃO CONFIGURA DIRECIONAMENTO DA LICITAÇÃO, MORMENTE QUANDO NÃO HÁ NO EDITAL “A descrição do objeto de forma a atender às necessidades específicas da entidade promotora do certame não configura direcionamento da licitação, mormente quando não há no edital “A descrição do objeto de forma a atender às especificações descritas no edital”. (TCU, Acórdão nº 2.829/2015 – Plenário).

Sendo assim, não há qualquer fundamento para a desclassificação da proposta vencedora.

A empresa Recorrente, busca fundamentar o seu descontentamento sob a tese de que haveria um excessivo detalhamento técnico, o que não poderia ser diferente, haja visto que, conforme Prefeitura como todos os órgãos externos incluindo Hospitais e Unidades de Saúde, que nesses casos não pode haver interrupções.

Esses detalhamentos visam minimizar possíveis problemas de incompatibilidade de hardware e baixo desempenho, garantir a procedência dos componentes e softwares embarcados e garantir a dos elevados custos diretos e indiretos advindos da recorrência de falhas e defeitos.

Assim sendo, quando o termo de referência detalha os itens que a administração pretende contratar, já houve, previamente, um estudo relacionado a capacidade técnica de um fabricante extrema importância para garantir a qualidade desejada, até mesmo porque é frequente que sistemas que não se enquadram nesse critério sejam sistemas não padronizados, ou seja, para compor um sistema. No entanto, esses equipamentos não passam por um processo produtivo padronizado, desenvolvido com foco na qualidade e em testes exaustivos para obter o resultado.

III.2 – DA ALEGAÇÃO DE QUE A EMPRESA ERICTEL NÃO SERIA PARCERIA DA SOLUÇÃO POR ELA APRESENTADA

Nos termos da argumentação da recorrente, a recorrida teria descumprido o item 18.4 do Edital, pois, em suas palavras, em que pese a recorrida ter apresentado um documento na qual e não localizou a relação de parceria entre as empresas.

Em contrapartida à tese recursal, a Recorrida apresentou a declaração para fins de qualificação complementar a proposta, informando que é parceira da solução e que está apta e autorizada a fornecer a solução.

Declaração apresentada “da forma exigida no Edital” e com prazo indeterminado.

Vejam no link: https://drive.google.com/file/d/1wKnQ47O3xkUfsgM1_4QC39YVPaBgfbV/view?usp=sharing e publicado no portal do Comprasnet.

Ocorre que, a empresa 3CORP ao lançar mão da referida tese recursal, se utilizou de um “print” como forma de sustentar a sua tese, contudo quer seja por falta de atenção ou por má fé, onde é realizada as pesquisas das empresas parceiras.

Segue abaixo o “print” onde diz: “Future Ready. Preview The New And Improved Partner Locator (English Only) Check It Now”, que traduzindo significa: “Pronto para o futuro. Visualize a rede para o site oficial e correto conforme abaixo, onde consta o nome da empresa Erictel como parceiro, senão vejamos: <https://locator.cloudapps.cisco.com/WWChannels/LOCATR/> Imagem 1 Imagem 2 Imagem 3

Portanto, não merece prosperar a tese trazida pela recorrente, sobretudo pelo fato de o seu argumento estar baseado em “prova forjada”.

Outrossim, de acordo com os argumentos aqui mencionados, ficou bastante demonstrado que, assim como apresentado junto ao processo licitatório, a empresa recorrida Erictel possui sim a solução.

III.3 – DA ALEGAÇÃO DE QUE OS DOCUMENTOS DA ERICTEL ESTARIAM INACESSÍVEIS

Por fim, a última e não menos descabida tese da Recorrente, menciona que a Recorrida teria inserido os seus documentos junto ao “comprasnet” de forma errada e que os documentos estariam inacessíveis.

Ocorre que tal argumentação não merece prosperar, haja vista, na data do pregão (03/07/23) a Recorrida ao perceber que estava encontrando dificuldades em abrir a documentação inserida no sistema 978-9001 e reportou a situação onde foi gerado um número de protocolo: (ID do chamado: 1860610) disponível no link:

https://drive.google.com/file/d/1OVYcpQG9FHRIZ_1_ixXLQPEsbumqK90W/view?usp=drive_link

Ato contínuo, o suporte do sistema "comprasnet" informou que o sistema do compras.gov.br não é compatível com o Sistema IOS e relataram também que essa informação de incompatibilidade orientam a Recorrida a comunicar o Pregoeiro sobre a situação.

Ou seja, não há informação prevista junto ao Sistema "Comprasnet" de que os licitantes devem utilizar sistema operacional diverso ao IOS.

Desta feita, a Recorrida informou ao Sr. Pregoeiro a situação havida junto ao "Comprasnet", tendo o Pregoeiro Sr. Leonardo Gabrig Peixoto ficado ciente, conforme se verifica através do link https://drive.google.com/file/d/12N9zxO66agcjXyH5g386mpKCG9ANaH/view?usp=drive_link

IV - DOS DEMAIS ESCLARECIMENTOS

De acordo com os registros do processo de licitação, a empresa 3CORP foi desclassificada devido a diversos motivos substanciais, destacando-se especialmente sua não conformidade demonstrada de todos os itens da diligência conforme solicitado no documento de convocação.

Tanto a 1ª colocada na fase de lances (GIGALINK) e a 2ª colocada na fase de lances (3CORP) foram desclassificadas por não apresentarem os itens do Edital, sendo assim não se pode a GIGALINK e 3CORP uma vez que os serviços são inferiores, já que desrespeitam os princípios da vinculação ao Edital.

Após a fase de disputa de lances, e após a desclassificação da 1ª colocada empresa GIGALINK, seguindo a ordem de classificação, o Sr. Pregoeiro convocou a 2ª colocada empresa 3CORP as 14h na sede da PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA FRIBURGO.

De acordo com a Subsecretaria de Tecnologia de Informação e Comunicações da Prefeitura de Nova Friburgo, o objetivo da referida POC/Diligência era avaliar a conformidade da proposta em entendimento mais amplo do cenário competitivo.

Ocorre que a empresa 3CORP não atendeu aos requisitos da amostra de acordo com os critérios predefinidos desrespeitando os princípios da vinculação ao instrumento convocatório e por

Não bastasse isso, feita a análise da documentação enviada pela empresa 3CORP foi constatado que a recorrente não atendeu a QUALIFICAÇÃO TÉCNICA exigida no item 18.3 do Edital: Item 18.3- Certidão de registro da empresa e do responsável técnico junto ao CREA (Conselho Regional de Engenharia e Arquitetura) e/ou CFT (Conselho Federal dos Técnicos Industriais Referência, CERTIDÃO DE NEGATIVA DE DÉBITOS JUNTO A ANATEL (Agência Nacional de Telecomunicações);

A recorrente ignorou a exigência prevista no Edital e não apresentou a CERTIDÃO DE NEGATIVA DE DÉBITOS JUNTO A ANATEL (Agência Nacional de Telecomunicações) em atendimento a complementares.

De acordo com o item 24.5 do Edital: "É facultada ao pregoeiro e à autoridade superior, em qualquer fase da licitação, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou a complementar requisitos previstos neste edital e seus anexos, vedada a inclusão posterior de documento ou informação que deveria constar originariamente da proposta ou da documentação de habilitação

A falta de apresentação de documento exigido na Qualificação técnica já seria motivo suficiente para inabilitação da empresa Recorrente.

Além disso a recorrida ignorou a exigência prevista no Edital e não apresentou a planilha solicitada no item 5.3.10 - O LICITANTE deverá apresentar planilha de referência de Custos e utilizadas de forma a atender os requisitos da Lei 8.666/93, apenas junto com proposta readequada e as documentações complementares.

De acordo com o item 24.5 do Edital: "É facultada ao pregoeiro e à autoridade superior, em qualquer fase da licitação, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou a complementar requisitos previstos neste edital e seus anexos, vedada a inclusão posterior de documento ou informação que deveria constar originariamente da proposta ou da documentação de habilitação

A falta de apresentação da planilha de referência de Custos e formação de preços já seria motivo suficiente para inabilitação da recorrente.

O não preenchimento dos requisitos atrapalha o regular andamento do processo licitatório podendo, a depender do caso, trazer prejuízos ao Órgão Licitante.

A vinculação ao instrumento convocatório deve assegurar aos licitantes os seus direitos. Nesse sentido, cabe relembrar a seguinte redação do art. 41 da Lei no 8.666/1993:

"Administração não pode descumprir as normas e condições do edital, ao qual se acha estritamente vinculada". Esse dispositivo é tão restritivo que se utilizou da expressão "estritamente edital. A Administração deve buscar a proposta mais vantajosa dentro das regras do edital e sem julgamentos subjetivos."

No mesmo sentido é a lição de José dos Santos Carvalho Filho:

"A vinculação ao instrumento convocatório é garantia do administrador e dos administrados. Significa que as regras traçadas para o procedimento devem ser fielmente observadas p administrativa ou judicial.

O princípio da vinculação tem extrema importância. Por ele, evita-se a alteração de critérios de julgamento, além de dar a certeza aos interessados do que pretende a Administração. É probidade administrativa.

Se o instrumento de convocação, normalmente o edital tiver falha, pode ser corrigido, desde que oportunamente, mas os licitantes deverão ter conhecimento da alteração e a possibilidade Vedado à Administração e aos licitantes é o descumprimento das regras de convocação, deixando de considerar o que nele se exige, como, por exemplo, a dispensa de documento ou a fix de resto, impõe o art. 48, I, do Estatuto."

Como se vê, o princípio da vinculação ao instrumento convocatório, ao mesmo tempo em que privilegia a transparência do certame, garantindo a plena observância dos princípios da propostas seja o mais objetivo possível, nos exatos termos das regras previamente estipuladas.

Ademais, convém registrar que as principais operadoras de Serviço Telefônico Fixo Comutado (STFC) no Brasil também são parceiras da Cisco, conforme se verifica pelas informações obti

• VIVO

Link do Book de ofertas (Logo da Cisco página 26):

https://drive.google.com/file/d/1M6BhhAwzUK5eiQAP2eBwRAVnhm2Yy_IH/view?usp=sharing

Link da imagem de comprovação de parceria CISCO:

https://drive.google.com/file/d/1fMT99E4wEj_jQheMY04DP0SHq5PC_7XE/view?usp=drive_link

• CLARO/EMBRATEL

Link do Book de ofertas (Logo da Cisco páginas 13, 14, 15 e 16):

<https://drive.google.com/file/d/13hQILUrQjZcu0RqhU1XlfAjnczWxMc6/view?usp=sharing>

Link da imagem de comprovação de parceria CISCO:

https://drive.google.com/file/d/1umD5d_Zq8aFdJja5Qhcdq5ZKToigi6Rb/view?usp=sharing

• LGAR

Link do Book de ofertas (Logo da Cisco página 67):

https://drive.google.com/file/d/1EUUXlFLdQX6acAErz66Am4WmS7_aZiUP/view?usp=sharing

Link da imagem de comprovação de parceria CISCO:

<https://drive.google.com/file/d/19KGDx-h13YjNbwI2VUo0FrmrAZg7nu/view?usp=sharing>

• OI SOLUÇÕES

Link da Proposta enviada a CAMARA MUNICIPAL DE ANGRA DOS REIS (Logo da Cisco página 03):

https://drive.google.com/file/d/14MiQ_HNIMu7rqTAeZEBuhket5VJdoSxk/view?usp=sharing

Link do Book de ofertas (Soluções e produtos da CISCO páginas 137 a 141):

https://drive.google.com/file/d/1Ost4jkOsuy_c_hQRZoWpnnAxzgO-t-KSy/view?usp=drive_link

Assim a Prefeitura de Nova Friburgo, se preocupou em lançar um Edital na qual buscasse a contratação de itens pautados na qualidade e eficiência, tanto é que outros editais publicados e Prefeitura de Nova Friburgo, onde houveram vencedores empresas diversas o que comprova que não existe direcionamento para a empresa recorrida, uma vez que diversas empresas do I

• Prefeitura de VIANA - ES

Link do Edital: <https://www.viana.es.gov.br/uploads/licitacao/942-edital-do-pe-n-082-2022-1657565462.pdf>

Vencedor: METODO TELECOMUNICAÇÕES E COMERCIO LTDA

Link da ATA: <https://www.viana.es.gov.br/uploads/licitacao/942-ata-da-licitacao-do-pe-n-082-2022-1661888350.pdf>

Obs.: Esse pregão inclusive a 3CORP participou e teve sua proposta desclassificada por não atender o edital, veja abaixo print e link do print original:

<https://drive.google.com/file/d/1sgCCUjEmZfdeAmEFAzptKnNEN8MVN6/view?usp=sharing>

Imagem 4

Fica claro e evidente que já é uma prática da empresa 3CORP participar de processos licitatórios mesmo sabendo que não atendem o Edital como exemplificado acima na PREFEITURA DE

• Prefeitura de UBA - MG

Link do Edital:

https://transparencia.uba.mg.gov.br/abrir_arquivo.aspx/Pregao_presencial_19_2023_EDITAL_PREGAO_PRESENCIAL_019_2023__PRESTACAO_DE_SERVICOS_DE_TELEFONIA?cdLocal=38

Vencedor: SYM GESTÃO E SOLUÇÕES INTELIGENTES LTDA

Link da ATA:

https://transparencia.uba.mg.gov.br/abrir_arquivo.aspx/Pregao_presencial_19_2023_ATA_DE_DEMONSTRACAO_TECNICA_RELATORIO_TECNICO_E_ATA_DE_JULGAMENTO_FINAL_PP19_2

• Prefeitura de ANGRA DOS REIS - RJ

Link do Edital:

https://www.angra.rj.gov.br/SAPO/_licitacao/adm/upload/10046_92228_EditalIPP045-2022.pdf

Link do Termo de Referência:

https://www.angra.rj.gov.br/SAPO/_licitacao/adm/upload/10046_92340_Anexo%20I%20a%20XI.pdf

Vencedor: RTT INFORMÁTICA E TELECOMUNICAÇÕES LTDA

Link do Boletim Oficial: https://www.angra.rj.gov.br/downloads/bo/BO-1564_de_23-09-2022.pdf

• Prefeitura de TUBARÃO - SC

Link do Edital:

https://tubarao.sc.gov.br/uploads/sites/265/2022/12/2513415_Edital_PE_26_2022_Telefonia_fixa_2022_2023.pdf

Vencedor: ALGAR TELECOM S/A

Link do portal de compras contendo documentos e ATAs: <https://www.portaldecompraspublicas.com.br/processos/sc/prefeitura-municipal-de-tubarao-303/pe-26-2022-2023-214776>

Link para download direto da ATA final:

<https://www.portaldecompraspublicas.com.br/processos/sc/prefeitura-municipal-de-tubarao-303/pe-26-2022-2023-214776#>

• Prefeitura de BURITIS - MG

Link do Edital: <https://www.buritis.mg.gov.br/2023/06/29/edital-pregao-presencial-n-049-2023-contratacao-de-pessoa-juridica-especializada-para-prestacao-de-servico-telefonico-fixo-co>

Vencedor: SYM GESTÃO E SOLUÇÕES INTELIGENTES LTDA

Link para verificação do contrato:

<http://www.adpmnet.com.br/index2.php?>

option=com_contpubl&submenu=0&brasao=P310930.GIF&dsorg=Prefeitura+Municipal+de+Buritis&cnj=18125146000129&tpformpdf=6&ano=2023&mes=7&idorg=104&titulo=Contrato:

Ademais, importante lembrar que o Edital "é claro" ao definir A NECESSIDADE DE CONTRATAÇÃO DE UM "SERVIÇO" e "NÃO" de "PRODUTOS".

Por todas essas razões, é notório que não houve qualquer tipo de direcionamento, o que acontece é que empresas despreparadas participam do pregão mesmo tendo ciência que não atem

Sendo claro a manifesta intenção de obstruir o presente certame, prejudicando e trazendo para o processo atos abusivos, cabe a Administração Pública utilizar-se das sanções administrati

Para Maria Sylvia Zanella Di Pietro, o poder disciplinar é a prerrogativa pela qual a Administração apura as infrações e aplica as penalidades ao infrator, que pode ser um servidor público o

A Sanção Administrativa, nas contratações públicas, pode definir-se como o exercício do poder-dever do administrador público em face da conduta do particular que venha a prejudicar e le

Sendo assim, demonstrou-se na presente peça que a ERICTEL ASSESSORIA DE TELECOMUNICAÇÕES LTDA ME tomou todos os cuidados necessários para respeitar e cumprir com o que f

mostra-se o contrário de querer respeitar as aspirações administrativas.

III. DO PEDIDO

Diante do exposto, a RECORRIDA/CONTRARRAZOANTE requer que o Ilustríssimo Pregoeiro se digne:

a) Ao recebimento da presente CONTRARRAZÕES;

b) SEJA NEGADO PROVIMENTO AO RECURSO ADMINISTRATIVO ORA IMPUGNADO, mantendo-se o ato da Comissão que DECLAROU COMO VENCEDORA DO CERTAME a empresa lici

integralmente as exigências do edital, com o consequente prosseguimento do certame, tudo em observância aos princípios norteadores da licitação;

c) Caso resolva não acatar o pedido acima formulado, o que não espera essa CONTRARRAZOANTE, se digne encaminhar as presentes razões de recurso à autoridade superior competente.

Termos em que pede e espera deferimento.

Petrópolis, 02 de outubro de 2023.

ERICTEL ASSESSORIA DE TELECOMUNICAÇÕES LTDA ME

CNPJ: 32.182.735/0001-70

Rafael de Souza Santos

Diretor Geral

Com intuito de possibilitar uma melhor análise das Contrarrazões com visualização das imagens, disponibilizamos o link de acesso do arquivo em Word:

<https://contrarracoes3corp.ericTEL.com.br>

Fechar

Comissão de Pregão I

DECISÃO DE RECURSO REFERENTE AO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 099/2023.

Processo Licitatório nº: 09.233/2022

Processo Recurso nº: 26.381/2023

OBJETO: Contratação de empresa especializada na prestação de serviços de telefonia fixa, comutada, serviço 0800, comunicação em nuvem, com ramais físicos, virtuais (softphones), serviço de comunicação unificada (UC), call center, sistema de URA para autoatendimento integrado com plataforma de whatsapp multi-atendente e API de integração com o banco de dados, sistema para envio de torpedo de voz em massa, Serviço Telefônico Fixo Comutado (STFC) com ligações ilimitadas nas modalidades local e longa distância nacional, para terminais fixos e móveis, equipamentos com sobrevivência, PELO PERÍODO DE 12 (doze) MESES, em atendimento as necessidades da PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA FRIBURGO e as unidades externas da Prefeitura Municipal.

Trata-se de RECURSO interposto pela empresa 3CORP TECHNOLOGY INFRAESTRUTURA DE TELECOM LTDA, inscrita no CNPJ: 04.238.297/0004-21, através do Sistema Compras, com fulcro na Lei n.º 8.666/93, do Art.º 109, Inciso I, alínea "a" - declarado o vencedor, qualquer licitante poderá manifestar imediata e motivadamente a intenção de recorrer, quando lhe será concedido o prazo de 3 (três) dias para apresentação das razões do recurso, ficando os demais licitantes desde logo intimados para apresentar contrarrazões em igual número de dias, que começarão a correr do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos autos.

Comissão de Pregão I

Que cumpridas as formalidades legais, registra-se a interposição de Recurso Administrativo, conforme comprovam os documentos acostados ao Processo de Recurso nº 26.381/2023.

I. DAS PRELIMINARES

Abrimos o prazo para recurso a partir do dia 22/09/2023. Conforme consta em Ata de Realização do Pregão Eletrônico que integra o Processo 09.233/2022, a empresa 3CORP TECHNOLOGY INFRAESTRUTURA DE TELECOM LTDA manifestou a intenção de interpor recursos, conforme questionamentos anexados aos autos às fls. 3 a 5.

Por uma simples análise do presente Recurso, verifica-se que o mesmo foi enviado com os requisitos necessários para sua apreciação, apresentando-se com os documentos necessários e tempestivamente, reunindo as hipóteses legais intrínsecas e extrínsecas de admissibilidade.

II. DAS ALEGAÇÕES DA SOLICITANTE

Em síntese, alega a impugnante que a disputa estava direcionada, pois as exigências técnicas descritas no Edital e Termo de Referência estariam baseadas em apenas um único fabricante (CISCO), consequentemente limitando a concorrência e incorrendo na simulação de disputa, afrontando assim entendimentos pacíficos no âmbito dos Tribunais de Contas.

Comissão de Pregão I

Diante do exposto, a empresa 3CORP requer que este Pregoeiro receba o presente recurso e seja o mesmo provido para o fim de reformar a decisão que sagrou vencedora do certame a empresa ERICTEL, pelos motivos acima mencionados, e ato contínuo seja declarado o processo fracassado e republicado com as devidas correções. Por fim, requer-se, ainda, que o presente recurso seja encaminhado à autoridade superior para a sua devida análise.

III. DAS CONTRARRAZÕES

Em síntese, a empresa ERICTEL ASSESSORIA DE TELECOMUNICAÇÕES LTDA alega que não houve direcionamento e que o excessivo detalhamento técnico visa minimizar possíveis problemas de incompatibilidade de hardware e baixo desempenho e garantir a procedência dos componentes e softwares embarcados. Assim sendo, quando o termo de referência detalha os itens que a administração pretende contratar, já houve, previamente, um estudo relacionado à capacidade técnica de um fabricante, o que seria de extrema importância para garantir a qualidade desejada.

IV. DA FUNDAMENTAÇÃO DA DECISÃO

Ante o exposto, submeto as razões da recorrente aos responsáveis pela elaboração do edital e dos anexos, na forma que dispõe o item 24.2 do edital, com as razões da recorrente e contrarrazões da recorrida para pronunciamentos de ordem técnica junto à Subsecretaria de Tecnologia de

Comissão de Pregão I

Informação e Comunicações acerca do objeto licitado, conforme documentação anexada aos autos, pois este pregoeiro não possui a expertise necessária para julgar o recurso apresentado sem o devido amparo da parte técnica.

Ato contínuo, os autos deverão ser encaminhados à Procuradoria Geral do Município para parecer e retornar a esta Comissão de Pregão I para decisão, ciência e demais providências cabíveis, conforme o caso.

Nova Friburgo, 03 de outubro de 2023.

LEONARDO
GABRIG
PEIXOTO:10
858597705

Assinado digitalmente por LEONARDO
GABRIG PEIXOTO:10858597705
DN: C=BR, O=ICP-Brasil, OU=AC
SOLUTI Multipla v5, OU=
25469245000104, OU=Presencial, OU=
Certificado PF A3, CN=LEONARDO
GABRIG PEIXOTO:10858597705
Razão: Eu concordo com partes
específicas deste documento
Localização:
Data: 2023.10.03 11:06:19-03:00
Font: PDF Reader Versão: 12.0.2

Leonardo Gabrig Peixoto
Pregoeiro – Comissão de Pregão I
Matricula: 206.934

Processo Administrativo nº: 26.381/2023.

Origem: Subsecretaria Municipal de Tecnologia da Informação e Comunicações.

Processo nº. 09.233/2022 - EDITAL DE LICITAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 099/2023.

Recorrente : 3CORP TECHNOLOGY INFRAESTRUTURA DE TELECOM LTDA.

Objeto: Contratação de empresa especializada na prestação de serviços de telefonia fixa, comutada, serviço 0800, comunicação em nuvem, com ramais físicos, virtuais (softphones), serviço de comunicação unificada (UC), call center, sistema de URA para autoatendimento integrado com plataforma de whatsapp multi-atendente e API de integração com o banco de dados, sistema para envio de torpedo de voz em massa, Serviço Telefônico Fixo Comutado (STFC) com ligações ilimitadas nas modalidades local e longa distância nacional, para terminais fixos e móveis, equipamentos com sobrevivência, PELO PERÍODO DE 12 (doze) MESES, em atendimento as necessidades da PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA FRIBURGO e as unidades externas da Prefeitura Municipal.

Trata-se o presente sobre a apresentação de Razões de Recursos, na forma que dispõe o item 24.2 do edital, para pronunciamento de ordem técnica, fl.13, encaminhado pela Comissão do Pregão I, apresentada pela 2ª colocada da fase de lances, empresa "3CORP TECHNOLOGY INFRAESTRUTURA DE TELECOM LTDA", interposta em 02/10/2023 às 14:36:13, recebida pela Comissão do Pregão. Sendo enviado a esta especializada técnica para análise de suas manifestações.

Inicialmente, cumpre-se consignar que trata-se de matéria de ordem técnica, quanto a conformidade das condições de credenciamento e participação estabelecidas no Edital, que "não" foram atendidas pela participante, que teve a proposta de preço classificada provisoriamente em primeiro lugar.

A - Da admissibilidade.

O critério de aceitabilidade do recurso exige a manifestação imediata e motivada, da intenção de recorrer, tão logo seja declarado o vencedor do certame, conforme dispõe o art. 44 do Decreto 10.024 de 20 de setembro de 2019.

No caso dos Autos, a recorrente manifestou, tempestivamente, o interesse de recorrer, inclusive as razões dos Recursos, foram apresentadas tempestivamente, por escrito de forma a fundamentar suas peças recursais, como a dar o devido suporte ao seu inconformismo.

Da mesma forma, as "CONTRARRAZÕES" foram apresentadas tempestivamente.

Diante disso, está claro que os recursos preenchem todos os requisitos necessários e essenciais para suas admissibilidades, mas se assim não fosse, vigora no Direito Administrativo o poder-dever de a Administração revisar os próprios atos e de sanar, até mesmo de ofício, os defeitos encontrados, mesmo quando um recurso é defeituosamente formulado e não preencha os requisitos legais.

Atendido os requisitos da admissibilidade, passamos a análise.

B - Da análise.

Conforme dito, a íntegra do recurso apresentado pela RECORRENTE e as contrarrazões apresentadas pela RECORRIDA, podem ser visualizados no Portal de Compras do Governo Federal - www.comprasgovernamentais.gov.br.

Entre outras razões, em síntese, aduz a recorrente que teria havido direcionamento do objeto do Edital em favor de uma única empresa. **Todavia, somente agora, desclassificada, resolveu alegar a, em tese, irregularidade do certame.**

É importante registrar, que o Edital aqui questionado "é claro" ao definir a necessidade da contratação de um "SERVIÇO" e "NÃO" de "PRODUTOS".

SUBSECRETARIA DE TECNOLOGIA DE INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÕES

Em relação a alegação de direcionamento do objeto do Edital, conforme visto, essa tese foi trazida por ambas as Recorrentes. Contudo, de acordo com a pesquisa e o posicionamento do setor técnico dessa Subsecretaria de TI, tem-se que há no mercado outras soluções de PABX, que podem ser utilizadas para prover serviços de PABX em nuvem.

Em suas "CONTRARRAZOES", a empresa 3ª colocada da fase de lances, assegurou a presença de **674 (seiscentos e setenta e quatro) parceiros no Brasil**. Da mesma forma, que ate o momento, não ficou demonstrado que apenas um único fornecedor é capaz de atender às necessidades do contratante, tampouco se há "exclusividade" de algum equipamento a qualquer um dos participantes. https://drive.google.com/file/d/16Xd3h1Fr-CrevnfQntMSD_QoBT-6GZw-/view

Mais uma vez, é importante registrar, que sequer fora juntado um documento de "excludividade da marca", capaz de comprovar essas alegações e que a afirmação desprovida de fundamento de que o edital está direcionado para apenas umas das empresas, sendo esta a única capaz de atender o descritivo, sem ao menos discorrer sobre o que afirma - *llegatio et non probatio quasi non allegatio* - é o mesmo que não alegar.

O que esta administração busca no mercado é uma solução tecnicamente viável e eficiente para a Administração. Os requisitos exigidos no edital são necessários, relevantes, razoáveis e estão bem fundamentados e justificados no processo. Não é objetivo da Administração acomodar, nas licitações públicas, toda e qualquer solução em torno do objeto pretendido, mas garantir uma ampla concorrência em torno do atendimento de suas necessidades, o que foi alcançado no presente edital.

Dessa forma, o Município, usou da faculdade de diligenciar para obter esclarecimentos sobre suas dúvidas, e foi neste momento que a Recorrente 3CORP, teve a oportunidade de demonstrar que tinha condições de atender aos itens constantes no edital, todavia, durante a amostra ficou evidenciado a ausência de condições técnicas da recorrente, o que em nada tem a ver com direcionamento do edital.

Na mesma "CONTRARRAZOES", a empresa 3ª colocada da fase de lances, colecionou aos autos, com os respectivos endereços, que **"as principais operadoras de Serviço Telefônico Fixo Comutado (STFC) no Brasil também são parceiras da Cisco"**, o que afasta a alegação de direcionamento e exclusividade, vejamos:

- VIVO Link do Book de ofertas (Logo da Cisco página 26): https://drive.google.com/file/d/1M6BhhAwzuk5eiQAP2eBwRAVhbm2Yy_IH/view?usp=sharing Link da imagem de comprovação de parceria CISCO: https://drive.google.com/file/d/1fMT99E4wEj_jQheMY04DP0SHq5PC_7XE/view?usp=drive_link

- CLARO/EMBRATEL Link do Book de ofertas (Logo da Cisco páginas 13, 14, 15 e 16: [tps://drive.google.com/file/d/13hQilUrQqZcu0RqhU1XLfAJnczWxMc6/view?usp=sharing](https://drive.google.com/file/d/13hQilUrQqZcu0RqhU1XLfAJnczWxMc6/view?usp=sharing) Link da imagem de comprovação de parceria CISCO: https://drive.google.com/file/d/1umD5d_ZqBaFdJja5Qhcdq5ZKTolgi6Rb/view?usp=sharing

- ALGAR Link do Book de ofertas (Logo da Cisco página 67): https://drive.google.com/file/d/1EUUxiFLdqX6acAErz66Am4WmS7_aZiUP/view?usp=sharing Link da imagem de comprovação de parceria CISCO: <https://drive.google.com/file/d/19kGxd-h13YjNbwiZVUo0FmrzAZg7nu/view?usp=sharing>

- OI SOLUÇÕES Link da Proposta enviada a CAMARA MUNICIPAL DE ANGRA DOS REIS (Logo da Cisco página 03): https://drive.google.com/file/d/14MiQ_HNIMu7rqTAEZebuhket5VJdoSxK/view?usp=sharing Link do Book de ofertas (Soluções e produtos da CISCO páginas 137 a 141): https://drive.google.com/file/d/1Ost4jkOsuyc_hQRZoWpnnAxzgO-t-KSy/view?usp=drive_link

Quanto a alegação de que a VENCEDORA, ERICTEL ASSESSORIA DE TELECOMUNICAÇÕES LTDA ME, não seria parceira da solução, que fora rebatida e demonstrada pela empresa vencedora, é importante registrar que a análise documental fora realizada pela comissão do Pregão, sem nenhuma manifestação, suprimindo a exigência contida no Edital, devendo ser afastada essa tese.

Ademais, cada item licitado, neste ou em qualquer outro certame, é estudado, comparado e aprovado pela "Controladoria Geral do Município" e pela subsecretaria responsável, prevendo inclusive todas as possibilidades de mudança, desde que seja legal, possível, adequada e atenda às necessidades do Município, de modo que os itens licitados nunca são dispostos de forma aleatória ou sem qualquer fundamento, bem como os agrupamentos de itens, pois estes obedecem aos critérios legais.

Mais do que isso, imperioso registrar que o Processo Licitatório em questão possui respaldo no PODER DISCRICIONÁRIO DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA, dentro dos limites da legalidade e não tem o objetivo de frustrar o caráter competitivo e/ou isonômico do certame.

Nesse sentido, ensina MARÇAL JUSTEN FILHO:

“Reservou-se à Administração a liberdade de escolha do momento de realização da licitação, do seu objeto, da especificação de condições de execução, das condições de pagamento etc. Essa competência discricionária exercita-se no momento preparatório e inicial da licitação. Uma vez realizadas essas escolhas, exaure-se a discricionariedade e não mais pode ser invocada — ou, mais corretamente, se a administração pretender renovar o exercício dessa faculdade, estará sujeita a refazer toda a licitação. Assim, a Administração tem liberdade para escolher as condições sobre o contrato futuro. Porém, deverá valer-se dessa liberdade com antecedência, indicando exaustivamente suas escolhas. Tais escolhas serão consignadas no ato convocatório da licitação, que passará a reger a conduta futura do administrador. Além da Lei, o instrumento convocatório da licitação determina as condições a serem observadas pelos envolvidos na licitação. A vinculação ao instrumento convocatório complementa a vinculação à lei.”

Portanto, sem razão a empresa “3CORP TECHNOLOGY INFRAESTRUTURA DE TELECOM LTDA” que, ao invés de ter buscado se adequar a fim de que pudesse atender aos requisitos do Edital, vem agora através de sua faculdade de Recorrer, buscar macular a lisura do Edital.

Atitudes como esta merecem ser repelidas pela Administração Pública, uma vez que, até mesmo o direito de petição consagrado na Carta Magna, precisa ser observado em consonância com o Princípio da Boa Fé.

A empresa “3CORP TECHNOLOGY INFRAESTRUTURA DE TELECOM LTDA” foi desclassificada por não apresentar os itens do Edital. O edital é a lei que rege o certame não se podendo alterá-lo para atender aos interesses de determinadas Empresas, em homenagem ao princípio da igualdade de todos perante a Administração. Destarte, se os Licitantes se vincularam ao edital, não podem agora pretender alterar a regra previamente estabelecida para se beneficiarem.

Convém citar julgado do TCU:

REPRESENTAÇÃO. PREGÃO PARA REGISTRO DE PREÇOS. EQUIPAMENTOS DE REDES. SUPOSTO DIRECIONAMENTO DA LICITAÇÃO. AUDIÊNCIA DOS GESTORES. CONSIDERAÇÕES ACERCA DA DESCRIÇÃO DO OBJETO DA LICITAÇÃO E DAS HIPÓTESES DE DIRECIONAMENTO. EXISTÊNCIA DE OUTRAS MARCAS E MODELOS QUE PODERIAM ATENDER AO OBJETO. NÃO COMPROVAÇÃO DE DIRECIONAMENTO. (...) A descrição do objeto de forma a atender às necessidades específicas da entidade promotora do certame não configura direcionamento da licitação, mormente quando não há no edital injustificada indicação ou mesmo menção de marca específica e quando se verifica no mercado a existência de outros modelos que poderiam atender completamente as especificações ali descritas. (TCU 01980420148, Relator: BRUNO DANTAS, Data de Julgamento: 04/11/2015).

O fato das empresas licitantes não conseguirem atender aos itens do edital, não pode ser motivo para depois tentarem impugná-lo.

CONCLUSÃO

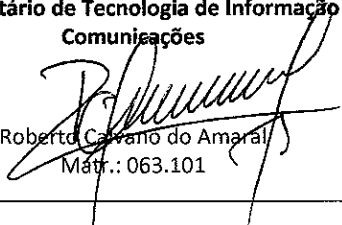

Assim, por não ter apresentado nenhum fundamento capaz de infirmar a decisão, esta especializada entende por insubsistentes os argumentos trazidos pela Recorrente.

Isto posto, sem mais nada a evocar, respeitados os princípios constitucionais do contraditório e da ampla defesa, recomendamos ao senhor pregoeiro que, conheça do recurso apresentado pela empresa **"3CORP TECHNOLOGY INFRAESTRUTURA DE TELECOM LTDA"** para, no mérito, NEGAR-LHES PROVIMENTO.

No mais, nos termos do inciso XVII do artigo 17 do Decreto 10.024/2019, mantenha a decisão estabelecida na ata do Pregão Eletrônico, na qual foi declarada como VENCEDORA a licitante ERICTEL ASSESSORIA DE TELECOMUNICAÇÕES LTDA ME, encaminhando-a à autoridade superior a ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO do referido processo licitatório.

Por derradeiro, tratatando-se de matéria **"estritamente técnica"** e, ainda que não exista, *s.m.j.* ilegalidade aparente, tendo a matéria de Conformidade analisada pela r. **CONTROLADORIA GERAL DO MUNICÍPIO**, deve o presente, ser encaminhado a **"Douta" Procuradoria Geral do Município**, para cumprir o dispositivo 19.8 do Edital, ratificando o presente conforme procedimentos de estilo.

Nova Friburgo, 17 de outubro de 2023.

<p>Subsecretário de Tecnologia de Informação e Comunicações</p>  <p>Roberto Cavano do Amaral Matr.: 063.101</p>	<p>APOIO TÉCNICO</p>  <p>Hugo de Souza Cascabulho Garcez Matr.: 063.029</p>
---	---

De acordo, em prosseguimento:



Rodrigo França Silva
Secretário Municipal de Finanças, Planejamento,
Desenvolvimento Econômico e Gestão
Matr.: 063.189

SUBSECRETARIA DE TECNOLOGIA DE INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÕES

PROCESSO nº. 09.233/2022

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 099/2022

Origem: Subsecretaria Municipal de Tecnologia da Informação e Comunicações.

PROCESSO 26381-2023

Data: _____

Folhas nº 97 Rubrica _____

OBJETO: Contratação de empresa especializada na prestação de serviços de telefonia fixa, comutada, serviço 0800, comunicação em nuvem, com ramais físicos, virtuais (softphones), serviço de comunicação unificada (UC), call center, sistema de URA para autoatendimento integrado com plataforma de whatsapp multi-atendente e API de integração com o banco de dados, sistema para envio de torpedo de voz em massa, Serviço Telefônico Fixo Comutado (STFC) com ligações ilimitadas nas modalidades local e longa distância nacional, para terminais fixos e móveis, equipamentos com sobrevivência, PELO PERÍODO DE 12 (doze) MESES, em atendimento as necessidades da PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA FRIBURGO e as unidades externas da Prefeitura Municipal”.

RECORRENTE: 3CORP TECHNOLOGY INFRAESTRUTURA DE TELECOM LTDA.

RECORRENTE: GIGALINK DE NOVA FRIBURGO SOLUÇÕES EM REDE MULTIMÍDIA LTDA

RECORRIDA: ERICTEL ASSESSORIA DE TELECOMUNICAÇÕES LTDA ME

À Procuradoria Geral do Município.

1. DA SÍNTESE

Trata-se o presente sobre análise das Razões dos Recursos Interpostos contra decisão que declarou como VENCEDORA a licitante ERICTEL ASSESSORIA DE TELECOMUNICAÇÕES LTDA ME, na forma que dispõe o item 24.2 do edital, para pronunciamento de ordem técnica, fl.13, que fora encaminhado pela Comissão do Pregão I, a esta especializada técnica para análise de suas manifestações.

Inicialmente, com “*venias*”, cumpre-se consignar, que trata-se de matéria “**estritamente técnica**”. Todavia, ainda que não exista, *s.m.j.* ilegalidade aparente, deve o presente, ser encaminhado a “**Douta**” Procuradoria Geral do Município, para cumprir o dispositivo 19.8 do Edital, ratificando o presente conforme procedimentos de estilo. Sendo imperioso registrar que o presente procedimento administrativo, teve a matéria de “Conformidade”, em especial o Termo de Referência, analisada pela r. **CONTROLADORIA GERAL DO MUNICÍPIO**, conforme manual de procedimentos.

Atendido os requisitos da admissibilidade, passamos as análises que se encontram apensadas e podem ser visualizados no Portal de Compras do Governo Federal - www.comprasgovernamentais.gov.br.

2 - DA ANÁLISE DOS RECURSOS

Entre outras razões, é importante registrar, que o Edital aqui questionado “é claro” ao definir a necessidade da contratação de um “**SERVIÇO**” e “**NÃO**” de “**PRODUTOS**”.

Em relação a alegação de direcionamento do objeto do Edital, essa tese foi trazida por ambas as Recorrentes. Contudo, de acordo com a pesquisa e o posicionamento do setor técnico dessa Subsecretaria de TI, tem-se que há no mercado outras soluções de PABX, que podem ser utilizadas para prover serviços de PABX em nuvem.

Em suas “CONTRARRAZÕES”, a empresa 3ª colocada da fase de lances, assegurou a presença de 674 (seiscentos e setenta e quatro) parceiros no Brasil. Da mesma forma, que até o momento, não ficou demonstrado que apenas um único fornecedor é capaz de atender às necessidades do contratante, tampouco se há “exclusividade” de algum equipamento a qualquer um dos participantes. https://drive.google.com/file/d/16Xd3h1Fr-CrevnfQntMSD_QoBT-6GZw-/view

Mais uma vez, é importante registrar, que sequer fora juntado um documento de “exclusividade da marca”, capaz de comprovar essas alegações e que a afirmação desprovida de fundamento de que o edital está direcionado para apenas umas das empresas, sendo esta a única capaz de atender o descritivo, sem ao menos discorrer sobre o que afirma - *llegatio et non probatio quasi non allegatio* - é o mesmo que não alegar.

SUBSECRETARIA DE TECNOLOGIA DE INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÕES

O que esta administração busca no mercado é uma solução tecnicamente viável e eficiente para a Administração. Os requisitos exigidos no edital são necessários, relevantes, razoáveis e estão bem fundamentados e justificados no processo. Não é objetivo da Administração acomodar, nas licitações públicas, toda e qualquer solução em torno do objeto pretendido, mas garantir uma ampla concorrência em torno do atendimento de suas necessidades, o que foi alcançado no presente edital.

Na mesma "CONTRARRAZOES", a empresa 3ª colocada da fase de lances, colecionou aos autos, com os respectivos endereços, que ***"as principais operadoras de Serviço Telefônico Fixo Comutado (STFC) no Brasil também são parceiras da Cisco"***, o que afasta a alegação de direcionamento e exclusividade, vejamos:

Processo _____
Data: ____/____/____
Folhas nº 117 Rubrica _____

- VIVO Link do Book de ofertas (Logo da Cisco página 26):
https://drive.google.com/file/d/1M6BhhAwzuk5eiQAP2eBwRAVhbm2Yy_IH/view?usp=sharing Link da imagem de comprovação de parceria CISCO:
https://drive.google.com/file/d/1fMT99E4wEj_jQheMY04DP0SHq5PC_7XE/view?usp=drive_link
- CLARO/EMBRATEL Link do Book de ofertas (Logo da Cisco páginas 13, 14, 15 e 16):
<https://drive.google.com/file/d/13hQiLURqQizcu0RqhU1XLfAJnczWxMc6/view?usp=sharing> Link da imagem de comprovação de parceria CISCO:
https://drive.google.com/file/d/1umD5d_ZqBaFdJja5Qhcdq5ZKTolgi6Rb/view?usp=sharing
- ALGAR Link do Book de ofertas (Logo da Cisco página 67):
https://drive.google.com/file/d/1EUUxIFLdqX6acAErz66Am4WmS7_aZiUP/view?usp=sharing Link da imagem de comprovação de parceria CISCO:
<https://drive.google.com/file/d/19kGxd-hI3YjNbwiZVUo0FmrzAZg7nu/view?usp=sharing>
- OI SOLUÇÕES Link da Proposta enviada a CAMARA MUNICIPAL DE ANGRA DOS REIS (Logo da Cisco-página-03):
https://drive.google.com/file/d/14MiQ_HNIMu7rqTAeZEbuhket5VJdoSxK/view?usp=sharing Link do Book de ofertas (Soluções e produtos da CISCO páginas 137 a 141):
https://drive.google.com/file/d/1Ost4jkOsuy_c_hORZoWpnnAxzgO-tKSy/view?usp=drive_link

Quanto a alegação de que a VENCEDORA, ERICTEL ASSESSORIA DE TELECOMUNICAÇÕES LTDA ME, não seria parceira da solução, que fora rebatida e demonstrada pela empresa vencedora, **é importante registrar que a análise documental fora realizada pela comissão do Pregão, sem nenhuma manifestação, suprindo a exigência contida no Edital, devendo ser afastada essa tese.**

Ademais, cada item licitado, neste ou em qualquer outro certame, é estudado, comparado e aprovado pela "Controladoria Geral do Município" e pela subsecretaria responsável, prevendo inclusive todas as possibilidades de mudança, desde que seja legal, possível, adequada e atenda às necessidades do Município, de modo que os itens licitados nunca são dispostos de forma aleatória ou sem qualquer fundamento, bem como os agrupamentos de itens, pois estes obedecem aos critérios legais.

Nesse sentido, ensina MARÇAL JUSTEN FILHO:

"Reservou-se à Administração a liberdade de escolha do momento de realização da licitação, do seu objeto, da especificação de condições de execução, das condições de pagamento etc. Essa competência discricionária exercita-se no momento preparatório e inicial da licitação. Uma vez realizadas essas escolhas, exaure-se a discricionariedade e não mais pode ser invocada — ou, mais corretamente, se a administração pretender renovar o exercício dessa faculdade, estará sujeita a refazer toda a licitação. Assim, a Administração tem liberdade para escolher as condições sobre o contrato futuro. Porém, deverá valer-se dessa liberdade com antecedência, indicando exaustivamente suas escolhas. Tais escolhas serão consignadas no ato convocatório da licitação, que passará a reger a conduta futura do administrador. Além da Lei, o instrumento convocatório da licitação determina as condições a serem observadas pelos envolvidos na licitação. A vinculação ao instrumento convocatório complementa a vinculação à lei,"

SUBSECRETARIA DE TECNOLOGIA DE INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÕES

Portanto, sem razão as Recorrentes que, ao invés de ter buscado se adequar a fim de que pudesse atender aos requisitos do Edital, se utilizam da faculdade de Recorrer para macular a lisura do Edital.

Atitudes como esta merecem ser repelidas pela Administração Pública, uma vez que, até mesmo o direito de petição consagrado na Carta Magna, precisa ser observado em consonância com o Princípio da Boa Fé.

As Recorrentes foram desclassificadas por não apresentarem os itens do Edital. O edital é a lei que rege o certame não se podendo alterá-lo para atender aos interesses de determinadas Empresas, em homenagem ao princípio da igualdade de todos perante a Administração. Destarte, se os Licitantes se vincularam ao edital, não podem agora pretender alterar a regra previamente estabelecida para se beneficiarem.

Convém citar julgado do TCU:

Processo

Data

Folhas nº 1192 Rubrica

REPRESENTAÇÃO. PREGÃO PARA REGISTRO DE PREÇOS. EQUIPAMENTOS DE REDES. SUPOSTO DIRECIONAMENTO DA LICITAÇÃO. AUDIÊNCIA DOS GESTORES. CONSIDERAÇÕES ACERCA DA DESCRIÇÃO DO OBJETO DA LICITAÇÃO E DAS HIPÓTESES DE DIRECIONAMENTO. EXISTÊNCIA DE OUTRAS MARCAS E MODELOS QUE PODERIAM ATENDER AO OBJETO. NÃO COMPROVAÇÃO DE DIRECIONAMENTO. (...) A descrição do objeto de forma a atender às necessidades específicas da entidade promotora do certame não configura direcionamento da licitação, mormente quando não há no edital injustificada indicação ou mesmo menção de marca específica e quando se verifica no mercado a existência de outros modelos que poderiam atender completamente as especificações ali descritas. (TCU 01980420148, Relator: BRUNO DANTAS, Data de Julgamento: 04/11/2015).

O fato das empresas licitantes não conseguirem atender aos itens do edital, não pode ser motivo para depois tentarem impugná-lo.

CONCLUSÃO

Assim, por não terem apresentado nenhum fundamento capaz de infirmar a decisão, esta especializada entende por insubsistentes os argumentos trazidos pelas Recorrentes.

Isto posto, sem mais nada a evocar, respeitados os princípios constitucionais do contraditório e da ampla defesa, recomendamos ao senhor pregoeiro que, conheça dos recursos apresentados pelas empresas para, no mérito, NEGAR-LHES PROVIMENTO.

No mais, nos termos do inciso XVII do artigo 17 do Decreto 10.024/2019, mantenha a decisão estabelecida na ata do Pregão Eletrônico, na qual foi declarada como VENCEDORA a licitante ERICTEL ASSESSORIA DE TELECOMUNICAÇÕES LTDA ME, encaminhando-a à autoridade superior a ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO do referido processo licitatório.

Por derradeiro, tratatando-se de matéria "**estritamente técnica**" e, ainda que não exista, *s.m.j.* ilegalidade aparente, tendo a matéria de Conformidade analisada pela r. **CONTROLADORIA GERAL DO MUNICÍPIO**, deve o presente, com a "**maxima vênia**", ser encaminhado a "**Douta**" Procuradoria Geral do Município, para cumprir o dispositivo 19.8 do Edital, ratificando o presente conforme procedimentos de estilo.

Nova Friburgo, 18 de outubro de 2023.

Subsecretário de Tecnologia de Informação e Comunicações

Roberto Calvano do Amaral

Matr.: 063.101

De acordo, em prosseguimento:



Rodrigo França Silva

Secretário Municipal de Finanças, Planejamento,
Desenvolvimento Econômico e Gestão

Matr.: 063.189



Processo: 26.381/2023

Recorrente: 3Corp Technology Infraestrutura de Telecom Ltda.

Assunto: Recurso - Edital de Licitação - Pregão Eletrônico n. 099 de 2023 - Processo Licitatório n. 9233/2022

Ao Ilmo. Sr. Dr. Subprocurador de Processos Administrativos:

I - DO RELATÓRIO

Trata-se de recurso apresentado pela empresa recorrente acerca do resultado do julgamento do Pregão Eletrônico n. 099 de 2023 - Processo Licitatório n. 9233/2022, que tem por objeto licitar a melhor proposta para contratação de empresa especializada na prestação de serviços de telefonia fixa, comutada, serviço 0800, comunicação em nuvem com ramais físicos, virtuais (softphones), serviço de comunicação unificada (UC), call center, sistema de URA para autoatendimento integrado com plataforma de whatsapp multi-atendente e API de integração com o banco de dados, sistema para envio de torpedo de voz em massa, Serviço Telefônico Fixo Comutado (STFC) com ligações ilimitadas nas modalidades local e longa distância nacional para terminais fixos e móveis, equipamentos com sobrevivência, pelo período de 12 meses, em atendimento às necessidades da Prefeitura Municipal de Nova Friburgo e unidades externas da Prefeitura.

Inicialmente, importante destacar que o procedimento foi recepcionado por esta assessoria jurídica em 19 de outubro de 2023.

Em síntese, a recorrente afirma em suas razões (fls. 03/05) que a disputa estava direcionada, pois as exigências técnicas descritas no Edital e Termo de Referência estariam baseadas em apenas um único fabricante (CISCO), limitando a concorrência e afrontando os entendimentos pacíficos no âmbito dos Tribunais de Contas.

A empresa Erictel Assessoria de Telecomunicações Ltda. apresentou contrarrazões (fls. 06/08), alegando que não houve direcionamento e que o excessivo detalhamento visa minimizar possíveis problemas de incompatibilidade de hardware e garantir a procedência dos componentes e softwares embarcados.



A Comissão de Pregão I, em manifestação de fls. 09/12, encaminhou os autos à Subsecretaria de Tecnologia de Informação e Comunicações para pronunciamento de ordem técnica, na forma do item 24.2 do Edital.

A Secretaria Municipal de Finanças, em manifestação de fls. 13/16, entendeu por insubsistentes os argumentos trazidos pela recorrente, opinando pela improcedência do recurso, afirmando que o tema já foi enfrentado durante o certame, por meio de impugnação ao edital, cuja impugnação foi indeferida pela Subsecretaria de TI, a qual afirmou existirem no mercado outras soluções de PABX que podem ser utilizadas para prover serviços de PABX em nuvem.

Ao final, encaminhou os autos a esta Procuradoria-Geral para opinamento.

É o relatório.

II - DOS FUNDAMENTOS

Preliminarmente, verifica-se que o recurso, ora apreciado, é tempestivo e foi recebido pela Comissão de Pregão, pelo que deve ser conhecido, analisado e decidido.

Em matéria de recurso administrativo, dispõe o art. 109 da Lei n. 8.666/93:

"Art. 109. Dos atos da Administração decorrentes da aplicação desta Lei cabem:

I - recurso, no prazo de 5 (cinco) dias úteis a contar da intimação do ato ou da lavratura da ata, nos casos de:

- a) habilitação ou inabilitação do licitante;*
 - b) julgamento das propostas;*
 - c) anulação ou revogação da licitação;*
 - d) indeferimento do pedido de inscrição em registro cadastral, sua alteração ou cancelamento;*
 - e) rescisão do contrato, a que se refere o inciso I do art. 78 desta lei;*
 - e) rescisão do contrato, a que se refere o inciso I do art. 79 desta Lei;*
 - f) aplicação das penas de advertência, suspensão temporária ou de multa;*
- [...]*



§ 4º O recurso será dirigido à autoridade superior, por intermédio da que praticou o ato recorrido, a qual poderá reconsiderar sua decisão, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, fazê-lo subir, devidamente informado, devendo, neste caso, a decisão ser proferida dentro do prazo de 5 (cinco) dias úteis, contado do recebimento do recurso, sob pena de responsabilidade." (sem grifos no original)

Ou seja, o recurso deverá ser dirigido à autoridade competente (que nomeou o pregoeiro), por intermédio de quem praticou o ato recorrido (pregoeiro). Portanto, o pregoeiro, ao receber o recurso e sendo o mesmo conhecido, poderá julgá-lo procedente - ocasião na qual irá alterar a sua decisão, exercendo o juízo de retratação - ou improcedente - quando irá manter sua decisão, fundamentando-a, devendo, neste caso, remetê-lo à autoridade superior, devidamente informado, no prazo de cinco dias.

O Decreto Federal n. 10.024/19, que regulamenta a licitação na modalidade pregão, na forma eletrônica, assim dispõe sobre a matéria:

"Art. 13. Caberá à autoridade competente, de acordo com as atribuições previstas no regimento ou no estatuto do órgão ou da entidade promotora da licitação:

[...]

IV - decidir os recursos contra os atos do pregoeiro, quando este mantiver sua decisão;"

"Art. 17. Caberá ao pregoeiro, em especial:

[...]

VII - receber, examinar e decidir os recursos e encaminhá-los à autoridade competente quando mantiver sua decisão";

Como se pode ver, **cabe ao pregoeiro receber, analisar e decidir os recursos e cabe à autoridade superior competente decidir os recursos contra os atos do pregoeiro, quando este mantiver sua decisão.**

Em pesquisa acerca da matéria, depreende-se que a autoridade que designou o pregoeiro é que detém competência para julgar o mérito dos recursos interpostos, que, no caso em tela, é a Secretaria Municipal de Finanças (Subsecretaria de Tecnologia de Informação e Comunicações), motivo pelo qual a esta especializada cabe apenas opinar juridicamente acerca do recurso.



Isso porque as especificações técnicas contidas no processo licitatório, inclusive quanto ao detalhamento do objeto da contratação, suas características, modalidade, requisitos e avaliação do preço estimado são de inteira responsabilidade da secretaria requisitante, eis que detém o conhecimento técnico necessário para definir as exigências essenciais que melhor se adequam ao objeto licitado, bastando que estejam dentro da legalidade.

Por sua vez, o subitem 19.8 do edital assim dispõe:

“Os recursos e as contrarrazões serão dirigidos ao Gestor da Secretaria Municipal de Finanças, Planejamento, Desenvolvimento Econômico e Gestão, que decidirá de forma fundamentada, após manifestação motivada do pregoeiro, e da Procuradoria Geral Municipal”.

Portanto, cabe ao Pregoeiro se manifestar de forma motivada acerca do recurso, após o que a Procuradoria poderá ser instada a emitir parecer, em caso de necessidade de pronunciamento de cunho jurídico, e a Secretaria Requisitante decidirá o recurso, caso o Pregoeiro mantenha a sua decisão.

No caso em exame, a Comissão de Pregão I apenas encaminhou o processo à Secretaria requisitante para manifestação.

Conforme narrado no relatório, a Secretaria Municipal de Finanças, em manifestação de fls. 13/16, entendeu por insubsistentes os argumentos trazidos pela recorrente, opinando pela improcedência do recurso, afirmando que o tema já foi enfrentado durante o certame, por meio de impugnação ao edital, cuja impugnação foi indeferida pela Subsecretaria de TI, a qual afirmou existirem no mercado outras soluções de PABX que podem ser utilizadas para prover serviços de PABX em nuvem.

Às fls. 17/19 foi anexada a manifestação da Subsecretaria de Tecnologia da Informação e Comunicações no mesmo sentido.



De fato, o tema foi objeto da impugnação apresentada nos autos do Processo Administrativo n. 13231/2023 (apenso), onde a Subsecretaria de Tecnologia de Informação e Comunicações concluiu que não havia qualquer ilegalidade na descrição do objeto, bem como que as especificações exigidas foram elencadas pelo setor técnico e decorrentes das especificações técnicas e a realidade local da Administração, não havendo direcionamento de marca, haja vista que acordo com a pesquisa e o posicionamento do setor técnico da Subsecretaria de TI, *“tem-se que CISCO, MITEL, ALCATEL, INTELBRAS E AVAYA possuem soluções de PABX, gateways, terminais IP e headset, podendo ser utilizadas para prover serviços de PABX em nuvem”*.

Logo, se a Secretaria requisitante, que detém a expertise técnica para estabelecer a especificação necessária do objeto do certame, afirma que não há direcionamento e que existem diversas outras marcas, entendendo pelo desprovimento do recurso, tratando-se de questão estritamente técnica acerca das especificações do objeto licitado, deve ser julgado improcedente o recurso, sendo descabida qualquer análise jurídica.

III - CONCLUSÃO

Diante do exposto, **opina-se pela remessa dos autos à Secretaria Municipal de Finanças para ciência e manifestação final** e, após, à Comissão de Pregão I para ciência e adoção das providências necessárias à consecução do certame.

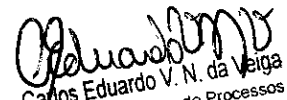
Ressalta-se que o opinamento desta Procuradoria Geral, órgão com atribuição de consultoria e assessoramento jurídico do Poder Executivo Municipal, na forma do art. 206, da Lei Orgânica do Município de Nova Friburgo, Lei Municipal n. 4.637/18, restringe-se apenas à análise das questões jurídicas relacionadas à legalidade, à medida em que a análise de questões de ordem técnica ou decisões inerentes à discricionariedade do administrador público, incumbe, exclusivamente, à área técnica e à secretaria requisitante, com fiscalização pelo órgão de controle interno.

É o parecer, meramente opinativo e não vinculativo, que se submete à consideração superior, *sub censura*, podendo ser acolhido ou rejeitado liminarmente.



Nova Friburgo, 20 de outubro de 2023.

Laynne de Andrade Alves
Coordenadora de Nível Superior Jurídico
de Processos Administrativos
Matr. 62.773


Carlos Eduardo V. N. da Veiga
Subprocurador de Processos
Administrativos
Matricula 63347

PROCESSO nº. 26.381/2023.

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 099/2022

Origem: Subsecretaria Municipal de Tecnologia da Informação e Comunicações.

OBJETO: Contratação de empresa especializada na prestação de serviços de telefonia fixa, comutada, serviço 0800, comunicação em nuvem, com ramais físicos, virtuais (softphones), serviço de comunicação unificada (UC), call center, sistema de URA para autoatendimento integrado com plataforma de whatsapp multi-atendente e API de integração com o banco de dados, sistema para envio de torpedo de voz em massa, Serviço Telefônico Fixo Comutado (STFC) com ligações ilimitadas nas modalidades local e longa distância nacional, para terminais fixos e móveis, equipamentos com sobrevivência, PELO PERÍODO DE 12 (doze) MESES, em atendimento as necessidades da PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA FRIBURGO e as unidades externas da Prefeitura Municipal”.

RECORRENTE: 3CORP TECHNOLOGY INFRAESTRUTURA DE TELECOM LTDA.

RECORRENTE: GIGALINK DE NOVA FRIBURGO SOLUÇÕES EM REDE MULTIMÍDIA LTDA

RECORRIDA: ERICTEL ASSESSORIA DE TELECOMUNICAÇÕES LTDA ME

A Comissão do Pregão.

Trata-se o presente sobre análise das Razões dos Recursos interpostos contra decisão que declarou como VENCEDORA a licitante ERICTEL ASSESSORIA DE TELECOMUNICAÇÕES LTDA ME, na forma que dispõe o item 24.2 do edital, para pronunciamento de ordem técnica, fl.13, que fora encaminhado pela Comissão do Pregão I, a esta especializada técnica para análise de suas manifestações.

Coforre determinado, o presente fora encaminhado a “**Douta**” Procuradoria Geral do Município, para cumprir o dispositivo 19.8 do Edital e por se tratar de matéria “**estritamente técnica**” a Procuradoria Geral do Município, ratificou a análise da Subsecretaria Municipal de Tecnologia da Informação e Comunicações, determinando seguinte:

“ entendo pelo desprovemento do recurso, tratando-se de questão estritamente técnica acerca das especificações do objeto licitado, deve ser julgado improcedente o recurso, sendo descabida qualquer análise jurídica”

Desta forma, privilegiando o determinado pela “**Douta**” Procuradoria Geral do Município que entende como insubsistentes os argumentos trazidos pelas Recorrentes, opinando pela improcedência dos Recursos, **requer ao senhor pregoeiro que, conheça dos recursos apresentados pelas empresas e o manifestado pela PGM para, no mérito, NEGAR-LHES PROVIMENTO, declarando como VENCEDORA a licitante ERICTEL ASSESSORIA DE TELECOMUNICAÇÕES LTDA ME, encaminhando-a à autoridade superior a ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO do referido processo licitatório.**

Nova Friburgo, 24 de outubro de 2023.


Subsecretário de Tecnologia da Informação e Comunicações

Roberto Calvano do Amaral
Matr.: 063.101

De acordo, em prosseguimento:


Rodrigo França Silva

Secretário Municipal de Finanças, Planejamento,
Desenvolvimento Econômico e Gestão
Matr.: 063.189

Comissão de Pregão I

DECISÃO DE RECURSO REFERENTE AO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 099/2023.

Processo Licitatório nº: 09.233/2022

Processo Recurso nº: 26.381/2023

OBJETO: Contratação de empresa especializada na prestação de serviços de telefonia fixa, comutada, serviço 0800, comunicação em nuvem, com ramais físicos, virtuais (softphones), serviço de comunicação unificada (UC), call center, sistema de URA para autoatendimento integrado com plataforma de whatsapp multi-atendente e API de integração com o banco de dados, sistema para envio de torpedo de voz em massa, Serviço Telefônico Fixo Comutado (STFC) com ligações ilimitadas nas modalidades local e longa distância nacional, para terminais fixos e móveis, equipamentos com sobrevivência, PELO PERÍODO DE 12 (doze) MESES, em atendimento as necessidades da PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA FRIBURGO e as unidades externas da Prefeitura Municipal.

Trata-se de RECURSO interposto pela empresa 3CORP TECHNOLOGY INFRAESTRUTURA DE TELECOM LTDA, inscrita no CNPJ: 04.238.297/0004-21, através do Sistema Compras, com fulcro na Lei n.º 8.666/93, do Art.º 109, Inciso I, alínea "a" - declarado o vencedor, qualquer licitante poderá manifestar imediata e motivadamente a intenção de recorrer, quando lhe será concedido o prazo de 3 (três) dias para apresentação das razões do recurso, ficando os demais licitantes desde logo intimados para apresentar contrarrazões em igual número de dias, que começarão a correr do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos autos.

Comissão de Pregão I

Que cumpridas as formalidades legais, registra-se a interposição de Recurso Administrativo, conforme comprovam os documentos acostados ao Processo de Recurso nº 26.381/2023.

I. DAS PRELIMINARES

Abrimos o prazo para recurso a partir do dia 22/09/2023. Conforme consta em Ata de Realização do Pregão Eletrônico que integra o Processo 09.233/2022, a empresa 3CORP TECHNOLOGY INFRAESTRUTURA DE TELECOM LTDA manifestou a intenção de interpor recursos, conforme questionamentos anexados aos autos às fls. 3 a 5.

Por uma simples análise do presente Recurso, verifica-se que o mesmo foi enviado com os requisitos necessários para sua apreciação, apresentando-se com os documentos necessários e tempestivamente, reunindo as hipóteses legais intrínsecas e extrínsecas de admissibilidade.

II. DAS ALEGAÇÕES DA SOLICITANTE

Em síntese, alega a impugnante que a disputa estava direcionada, pois as exigências técnicas descritas no Edital e Termo de Referência estariam baseadas em apenas um único fabricante (CISCO), consequentemente limitando a concorrência e incorrendo na simulação de disputa, afrontando assim entendimentos pacíficos no âmbito dos Tribunais de Contas.



Comissão de Pregão I

Diante do exposto, a empresa 3CORP requer que este Pregoeiro receba o presente recurso e seja o mesmo provido para o fim de reformar a decisão que sagrou vencedora do certame a empresa ERICTEL, pelos motivos acima mencionados, e ato contínuo seja declarado o processo fracassado e republicado com as devidas correções. Por fim, requer-se, ainda, que o presente recurso seja encaminhado à autoridade superior para a sua devida análise.

III. DAS CONTRARRAZÕES

Em síntese, a empresa ERICTEL ASSESSORIA DE TELECOMUNICAÇÕES LTDA alega que não houve direcionamento e que o excessivo detalhamento técnico visa minimizar possíveis problemas de incompatibilidade de hardware e baixo desempenho e garantir a procedência dos componentes e softwares embarcados. Assim sendo, quando o termo de referência detalha os itens que a administração pretende contratar, já houve, previamente, um estudo relacionado à capacidade técnica de um fabricante, o que seria de extrema importância para garantir a qualidade desejada.

IV. DA DECISÃO

Isso posto, com fulcro no art. 17, inciso VII, do Decreto Federal n.º 10.024/2019, e art. 17, inciso VII, do Decreto Municipal n.º 599/2020, e sem nada mais evocar, CONHEÇO do Recurso Administrativo interposto pela empresa 3CORP TECHNOLOGY INFRAESTRUTURA DE TELECOM LTDA no processo licitatório



**NOVA
FRIBURGO**
P R E F E I T U R A

SECRETARIA DE
INFRAESTRUTURA
E LOGÍSTICA

PROCESSO Nº: 26.381/2023

RUBRICA: 41 - FOLHA: 30

Comissão de Pregão I

referente ao Edital do Pregão Eletrônico n.º 099/2023, e no mérito, subsidiado pela manifestação da Secretaria Municipal de Finanças, Planejamento, Desenvolvimento Econômico e Gestão (fls. 13 a 16), da Subsecretaria de Tecnologia de Informação e Comunicações (fls. 17 a 19) e do parecer da Procuradoria Geral do Município (fls. 20 a 25), **NEGO PROVIMENTO**.

Nova Friburgo, 25 de outubro de 2023.

**LEONARD
O GABRIG
PEIXOTO:1
0858597705**

Leonardo Gabrig Peixoto
Pregoeiro – Comissão de Pregão I
Matricula: 206.934

Assinado digitalmente por
LEONARDO GABRIG
PEIXOTO:10858597705
ND: C=BR, O=ICP-Brasil, OU=AC
SOLUTI Multipla v6, OU=
23466245000104, OU=Presencial, OU
=Certificado PF A3, CN=LEONARDO
GABRIG PEIXOTO:10858597705
Razão: Eu concordo com partes
especificas deste documento
Localização:
Data: 2023.10.25 11:32:16-03'00'
Foxit PDF Reader Versão: 12.0.2